

## Acesso e permanência de estudantes surdos no ensino superior: um estudo do tipo estado do conhecimento

1

### Access and retention of deaf students in higher education: a state-of-knowledge study

### Acceso y permanencia de estudiantes sordos en la educación superior: un estudio de tipo estado del conocimiento

Solange Franci Raimundo Yaegashi<sup>1</sup>

Cleia Torino de Souza<sup>2</sup>

Celma Regina Borghi Rodriguero<sup>3</sup>

Luciane Guimarães Batistella Bianchini<sup>4</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a produção acadêmica sobre o acesso e a permanência de estudantes surdos no ensino superior, no período de 2019 a 2024, com foco nas políticas públicas e nas práticas institucionais de inclusão. Trata-se de uma revisão de literatura do tipo estado do conhecimento, realizada a partir de teses e dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O corpus foi composto por dez estudos, analisados de forma quantitativa e qualitativa, com base em critérios previamente definidos. Os resultados indicam que, apesar dos avanços no acesso ao ensino superior, a permanência dos estudantes surdos permanece como um desafio, marcado por barreiras linguísticas, pedagógicas e institucionais. Evidencia-se, ainda, um distanciamento entre os marcos legais e sua efetivação nas práticas universitárias. Conclui-se que a inclusão exige o fortalecimento de políticas linguísticas institucionais, investimentos em formação docente e a consolidação de ambientes acadêmicos bilíngues.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Estudantes surdos. Ensino superior. Acesso e permanência. Estado do conhecimento.

**Abstract:** This article aims to analyze the academic production on access to and retention of deaf students in higher education between 2019 and 2024, focusing on public policies and institutional inclusion practices. It is a state-of-knowledge literature review based on master's theses and doctoral dissertations retrieved from the CAPES Theses and Dissertations Catalog and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). The corpus consisted of ten studies, analyzed through quantitative and qualitative approaches, according to previously defined criteria. The results indicate that, despite advances in access to higher education, the retention of deaf students remains a major challenge, marked by linguistic, pedagogical, and institutional barriers. The analysis also reveals a gap between legal frameworks and their implementation in university practices. It is concluded that inclusion requires the strengthening of institutional language policies, increased investment in teacher education, and the consolidation of bilingual academic environments.

**Keywords:** Inclusive Education. Deaf students. Higher education. Access and retention. State of knowledge.

<sup>1</sup> Doutora em Educação (UNICAMP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7666-7253>. E-mail: [solangefry@gmail.com](mailto:solangefry@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestra em Educação (UEM). Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-0300-0254>. E-mail: [cleiatorinoss@gmail.com](mailto:cleiatorinoss@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Educação (UEM). Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8979-4833>. E-mail: [crbrodriguero@uem.br](mailto:crbrodriguero@uem.br)

<sup>4</sup> Doutora em Psicologia e Sociedade (UNESP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3523-2752>. E-mail: [lgbbianchini@uel.br](mailto:lgbbianchini@uel.br)



**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo analizar la producción académica sobre el acceso y la permanencia de estudiantes sordos en la educación superior entre 2019 y 2024, con foco en las políticas públicas y las prácticas institucionales de inclusión. Se trata de una revisión de literatura del tipo estado del conocimiento, basada en tesis y disertaciones disponibles en el Catálogo de la CAPES y en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD). El corpus estuvo compuesto por diez estudios, analizados mediante enfoques cuantitativos y cualitativos. Los resultados indican que, pese a los avances en el acceso a la educación superior, la permanencia de los estudiantes sordos sigue siendo un desafío, marcado por barreras lingüísticas, pedagógicas e institucionales. Asimismo, se evidencia una brecha entre los marcos legales y su implementación en las prácticas universitarias. Se concluye que la inclusión requiere fortalecer las políticas lingüísticas institucionales, la formación docente y los entornos académicos bilingües.

**Palabras clave:** Educación Inclusiva. Estudiantes sordos. Educación superior. Acceso y retención. Estado del conocimiento.

Submetido 17/10/2025

Aceito 02/02/2026

Publicado 10/02/2026

## Introdução

Nas últimas décadas, observa-se um crescimento significativo no número de matrículas de estudantes surdos no ensino superior brasileiro, acompanhado pela ampliação da produção acadêmica dedicada a esse público (Barbosa; Freire; Medeiros, 2018). Esse movimento está intrinsecamente relacionado aos avanços nas políticas públicas de educação inclusiva, ao reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e ao fortalecimento do debate sobre a educação bilíngue de surdos (Quadros; Karnopp, 2004; Skliar, 2000; Rodriguero; Cezário et al., 2025). Todavia, apesar dos progressos normativos e do aumento do acesso formal às instituições de ensino superior, persistem barreiras estruturais, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais que comprometem a permanência, a participação acadêmica e o desempenho desses estudantes (Lacerda, 2006; Gesser, 2012; Lima, 2018).

Nesse contexto, marcos legais e normativos nacionais e internacionais, como a regulamentação da Libras, as diretrizes de acessibilidade e as políticas de educação especial na perspectiva inclusiva, têm impulsionado reconfigurações nas práticas universitárias e no papel das instituições de ensino superior frente à diversidade linguística e cultural da comunidade surda (Mantoan, 2003; Silva, 2025). No entanto, a existência de dispositivos legais não garante, por si só, a efetivação de práticas institucionais capazes de assegurar condições equitativas de permanência e aprendizagem. Tal cenário justifica a necessidade de análises que articulem a produção científica recente com os marcos normativos vigentes, investigando em que medida as políticas públicas têm se materializado no cotidiano universitário.

Embora se reconheçam avanços significativos, a literatura aponta que a produção científica sobre a inclusão de estudantes surdos no ensino superior ainda apresenta lacunas importantes, especialmente no que se refere às estratégias de permanência e ao acompanhamento institucional ao longo do percurso acadêmico. Grande parte dos estudos concentra-se na análise das políticas públicas em âmbito nacional, havendo menor número de investigações que problematizam programas institucionais, práticas de gestão universitária e ações concretas desenvolvidas no interior das universidades públicas (Bezerra, 2022; Pereira, 2024). Essa lacuna reforça a necessidade de pesquisas que sistematizem criticamente o conhecimento produzido sobre o tema.

Diante desse cenário, este estudo se orienta pela seguinte questão de pesquisa: como a produção bibliográfica publicada entre 2019 e 2024 tem problematizado e descrito as políticas

públicas e as práticas institucionais voltadas para o acesso e a permanência de estudantes surdos no ensino superior brasileiro? Assim, o objetivo deste artigo é analisar a produção bibliográfica sobre o acesso e a permanência de estudantes surdos no ensino superior, no período de 2019 a 2024, com foco nas políticas públicas e nas práticas inclusivas.

Parte-se da hipótese de que, embora as políticas públicas tenham contribuído para a ampliação do acesso de estudantes surdos ao ensino superior, persistem fragilidades relacionadas à permanência, decorrentes, sobretudo, da insuficiente formação docente, das limitações de infraestrutura, da ausência de políticas linguísticas institucionais consolidadas e da carência de recursos humanos especializados.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura do tipo estado do conhecimento, cuja finalidade é mapear, sistematizar e analisar criticamente as produções acadêmicas que abordam a inclusão de estudantes surdos no ensino superior. A pesquisa fundamenta-se na Psicologia Histórico-Cultural, a partir das contribuições de Vygotsky e de seus colaboradores, compreendendo o desenvolvimento humano como um processo social, histórico e culturalmente mediado.

O artigo organiza-se em três seções, além desta introdução. Na primeira, apresenta-se o panorama das políticas de inclusão e educação dos surdos no Brasil. Na segunda, descrevem-se os procedimentos metodológicos da revisão de literatura. Na terceira, são expostos e discutidos os resultados do estudo. Por fim, nas considerações finais, sintetizam-se os principais achados e suas implicações para a área da educação inclusiva no ensino superior.

### **As políticas de inclusão e educação dos surdos no Brasil**

Esta seção aborda as políticas de inclusão e a educação de surdos no Brasil, com ênfase no arcabouço legal e nas diretrizes pedagógicas que asseguram o acesso, a permanência e a aprendizagem desse público no sistema educacional. Os marcos normativos internacionais e nacionais analisados consolidam a educação inclusiva como um direito fundamental, contribuindo para o fortalecimento das políticas de acessibilidade, do atendimento educacional especializado e da valorização da diversidade. Esses documentos evidenciam o compromisso do Estado brasileiro com a promoção de uma educação democrática e inclusiva. Na sequência, são apresentados alguns dos marcos normativos considerados mais representativos para o campo da educação de surdos.

O primeiro marco histórico é a Declaração Universal do Direitos Humanos (ONU, 1948), que reconhece a educação como um direito universal, gratuito e acessível a todos, sem discriminação. Seus princípios de igualdade e dignidade humana influenciaram diretamente as legislações brasileiras sobre inclusão (Cezário, 2024). Depois, a Declaração de Jomtien (Declaração Mundial sobre Educação para Todos) reafirmou a educação como direito humano fundamental, enfatizando o acesso universal, a equidade e a qualidade do ensino (UNESCO, 1990). Essa declaração influenciou políticas brasileiras voltadas à inclusão, culminando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, que incorporou o princípio da diversidade e das adaptações curriculares (Brasil, 1996).

No cenário nacional, a Lei nº 4.024/61 organizou o sistema de ensino brasileiro, mas ainda não contemplava a educação de surdos (Brasil, 1961). Avanços significativos ocorreram com a Constituição Federal de 1988, que assegurou o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforçou o direito à educação inclusiva, à igualdade de oportunidades e à proteção contra discriminação (Brasil, 1990).

A legislação que veio se consolidando ao longo das últimas décadas no Brasil vinculase à defesa da inclusão e da educação para todos na perspectiva de que a surdez seja vista em seu potencial, em sua singularidade e não, como déficit. Desse modo, no Brasil e fora dele, há um movimento pela organização de leis e políticas que garantam a educação ao aluno com surdez.

Pode-se dizer com Quadros (2010) e Pereira (2024) que o marco inicial mais relevante para a consolidação dos direitos educacionais das pessoas com deficiência, incluindo os surdos, foi a Constituição Federal de 1988, ao afirmar a educação como direito de todos e dever do Estado, garantindo nos art. 205 e 206, a igualdade de condições e acesso à educação escolar (Brasil, 1988). Ao reconhecer o princípio da não discriminação, a Carta de 1988 abriu caminho para regulamentações posteriores mais específicas (Fambomel, 2019).

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), por sua vez, foi um marco para a inclusão de crianças com deficiência e outras necessidades educacionais, propondo que os sistemas educacionais se adaptassem para atender à diversidade de suas populações. Nesse sentido, o documento reforça princípios já consolidados em tratados internacionais, como o direito universal à educação e a participação ativa das famílias nas decisões escolares

A Portaria nº 1.793/1994 consolidou diretrizes para a integração de alunos com deficiência em escolas regulares, promovendo de forma articulada a inclusão social e educacional (Brasil, 1994). O texto destacou a necessidade de preparar as instituições de ensino para receber estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE), o que envolve tanto a adaptação da infraestrutura quanto a adequação das práticas pedagógicas (Sassaki, 1997). Ao mesmo tempo, a Portaria nº 1.793/1994 alinhou-se aos princípios da Constituição Federal (Brasil, 1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), reafirmando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um direito fundamental e inalienável (Brasil, 1996).

A LDB nº 9.394/1996 é a principal norma que regula a educação no Brasil. Ela estabelece diretrizes para a educação básica e superior, incluindo disposições específicas para a educação especial, garantindo o direito à educação inclusiva para PcD's, como os surdos. O artigo 60 da LDB nº 9.394/1996 detalha as obrigações dos sistemas de ensino para garantir uma educação de qualidade e acessível a esses alunos, com base em uma abordagem bilíngue, fundamental para o sucesso educacional dessa população (Brasil, 1996).

O Brasil avançou significativamente com a Lei nº 10.436/2002, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda (Brasil, 2002). Esse reconhecimento foi regulamentado pelo Decreto nº 5.626/2005, que definiu a obrigatoriedade da oferta de Libras na formação de professores e profissionais da educação, a presença de intérpretes, a elaboração de materiais didáticos acessíveis e o direito à educação bilíngue, com Libras como primeira língua (L1) e o português escrito como segunda língua (L2) (Brasil, 2005).

A partir dos anos 2000, o Brasil consolidou importantes avanços nas políticas públicas voltadas à inclusão das pessoas surdas. O Decreto nº 3.956/2001 (Brasil, 2001) incorporou a Convenção Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA), reforçando o direito à educação inclusiva e influenciando legislações posteriores, como a Lei da Libras (Lei nº 10.436/2002) e o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2002; Brasil, 2005). A Lei de Libras reconheceu oficialmente a Libras como meio legal de comunicação das pessoas surdas, e o Decreto nº 5.626/2005 regulamentou sua aplicação na educação, tornando obrigatória a presença de intérpretes e o ensino bilíngue (Strobel, 2013).

A Resolução CNE/CP nº 01/2002 (Brasil, 2002) e a Resolução CNE/CP nº 01/2006 reforçaram a formação docente voltada à diversidade e à inclusão, determinando o ensino de Libras nos cursos de licenciatura e pedagogia. Em 2006, o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) estabeleceu diretrizes para o uso de Tecnologias Assistivas (TA), ampliando recursos pedagógicos acessíveis e o uso de tecnologias voltadas à comunicação, como softwares e aplicativos de Libras (Pereira, 2024).

Por fim, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada pelo Brasil em 2008 e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, consolidou a educação inclusiva como direito humano fundamental, garantindo às pessoas surdas o acesso à educação bilíngue, à acessibilidade comunicacional e ao respeito por sua identidade linguística e cultural (Brasil, 2009).

Em consonância com os princípios da Convenção, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), instituída pelo Ministério da Educação em 2008, foi um marco na reorganização da educação especial no Brasil. Essa política estabelece que a educação especial deve ser uma modalidade transversal, integrando-se ao ensino regular e garantindo a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2008). A PNEEPEI reforçou a matrícula de estudantes com deficiência na rede regular de ensino e a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementada pela Resolução CNE/CEB nº 04/2009, que estabeleceu diretrizes operacionais para o AEE (Brasil, 2009).

Em 2014, o Plano Nacional de Educação -PNE (Lei nº 13.005/2014) definiu metas para a universalização da educação inclusiva (Meta 4), com foco na formação docente (Meta 15) e na acessibilidade arquitetônica e pedagógica (Brasil, 2014). No ano seguinte, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) consolidou o princípio da inclusão plena, garantindo o acesso de estudantes surdos a intérpretes, materiais adaptados e tecnologias assistivas (Brasil, 2015).

As Resoluções CNE/CEB nº 4/2009 e nº 2/2015 regulamentaram o AEE e a formação docente, prevendo recursos multifuncionais, uso de tecnologias assistivas (TA) e formação continuada em práticas inclusivas (Brasil, 2009; Brasil, 2015). No mesmo ano, a Declaração de Incheon (UNESCO, 2015) reforçou o compromisso global com a educação inclusiva e de qualidade, vinculando-o ao ODS 4 da Agenda 2030 (ONU, 2015).



Outro marco legal, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirmou o respeito à diversidade e à educação bilíngue (Brasil, 2017), enquanto a Lei nº 14.191/2021 reconheceu oficialmente a educação bilíngue de surdos como modalidade própria, com a Libras como primeira língua e o português como segunda (Brasil, 2021). Os Decretos nº 11.370/2023 e nº 12.686/2025 atualizaram e ampliaram as políticas de acessibilidade e inclusão educacional, fortalecendo a formação de profissionais especializados e a implementação de práticas bilíngues (Brasil, 2023; Brasil, 2025). Este último instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva que tem gerado críticas em relação a exclusão das escolas especiais e à flexibilização da formação docente para atender o público de alunos AEE.

A Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para reconhecer a educação bilíngue de surdos como uma modalidade específica de ensino. Essa modalidade caracteriza-se pelo uso da Libras como primeira língua e do português escrito como segunda língua (Brasil, 2021). O artigo 78-A define a qual público-alvo se destina esta lei:

Art. 78-A. Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, desenvolverão programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos estudantes surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, com os seguintes objetivos:

- I - Proporcionar aos surdos a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades e especificidades e a valorização de sua língua e cultura;
- II - Garantir aos surdos o acesso às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades surdas e não surdas (Brasil, 2021).

Assim, desde a Declaração Universal do Direitos Humanos (ONU, 1948) até as normativas recentes, observa-se uma trajetória contínua de avanços rumo à consolidação de uma educação inclusiva, bilíngue e equitativa, fundamentada no respeito à diversidade linguística, cultural e humana da comunidade surda. Persistem desafios (Cezário; Yaegashi; Souza, 2025a; Cezário; Yaegashi; Souza, 2025b). A criação e implementação dessas leis, resoluções e decretos evidencia um progresso significativo na luta pela inclusão, mas também ressalta a necessidade de um esforço contínuo para que os direitos conquistados sejam plenamente efetivados (Cezário et al., 2025).



## Procedimentos metodológicos

Realizou-se uma revisão de literatura do tipo estado do conhecimento, entendida como um procedimento metodológico voltado à identificação e à análise da produção acadêmica sobre determinado tema, com o propósito de compreender como esse campo vem sendo investigado, identificar tendências teóricas, metodológicas e temáticas, bem como evidenciar recorrências, avanços, limites e lacunas da produção científica. Tal abordagem contribui, ainda, para a construção do referencial teórico e para a delimitação do problema de pesquisa. Diferentemente do estado da arte, o estado do conhecimento não se orienta pela exaustividade absoluta, mas por um recorte analítico intencional e teoricamente justificado (Ferreira, 2002; Romanowski; Ens, 2006). Nessa perspectiva, Morosini (2015) ressalta que esse tipo de revisão ultrapassa a mera descrição dos estudos, assumindo um caráter interpretativo e crítico ao analisar os modos de produção e legitimação do conhecimento em um determinado campo científico.

Optou-se por restringir o levantamento às teses e dissertações, considerando sua relevância para a consolidação do conhecimento científico na área. A opção por esse corpus documental, composto por dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação no Brasil, fundamenta-se no entendimento de que as pesquisas desenvolvidas na forma de dissertações e teses constituem importantes documentos científicos, por sistematizarem, de modo aprofundado, os processos investigativos e as contribuições teóricas e metodológicas produzidas pelos pesquisadores (Salem, 2012; Teixeira; Megid Neto, 2017; Teixeira, 2021 e 2022; Shigunov Neto, 2022). Para esse fim, foram utilizadas duas bases de dados: o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Em ambas as plataformas, adotaram-se critérios de refinamento semelhantes, respeitando-se, contudo, as especificidades operacionais, funcionalidades e filtros disponíveis em cada sistema. O recorte temporal, compreendido entre 2019 e 2024, justifica-se pela intenção de mapear a produção acadêmica recente, de modo a captar as discussões mais atuais sobre o acesso e a permanência de estudantes surdos no ensino superior, bem como os efeitos de mudanças normativas, políticas públicas e reorganizações institucionais ocorridas nesse período, incluindo aquelas decorrentes do ensino remoto emergencial e de novos marcos legais relacionados à educação inclusiva.

Como critérios de inclusão, foram considerados trabalhos que tratassem explicitamente de estudantes surdos no ensino superior e abordassem temáticas relacionadas ao acesso, à permanência, às políticas públicas, às práticas institucionais ou aos recursos de acessibilidade. Foram incluídas teses e dissertações, redigidas em língua portuguesa, com acesso ao texto completo, vinculadas à área da Educação ou a áreas correlatas.

Como critérios de exclusão, foram descartados trabalhos duplicados, inacessíveis ou não autorizados, bem como aqueles que não abordavam diretamente o tema central da pesquisa. Também foram excluídos estudos que tratavam exclusivamente da surdez na educação básica, sem articulação com o ensino superior; publicações anteriores ao recorte temporal estabelecido; e resumos sem texto completo que inviabilizassem a análise. Ademais, foram eliminados os trabalhos que abordavam exclusivamente a atuação de intérpretes, sem referência direta aos estudantes surdos, de modo a garantir a pertinência ao objeto de estudo. Assim, foram excluídos os estudos que não focalizavam, de forma explícita em seus títulos ou objetivos, a temática dos surdos no ensino superior, com ênfase no acesso e na permanência.

Para a realização das buscas, foram utilizados descritores específicos, com o objetivo de mapear estudos relevantes sobre a temática do acesso e da permanência de estudantes surdos no ensino superior. A definição desses descritores considerou expressões diretamente relacionadas ao objeto de estudo e aos objetivos específicos da pesquisa. Nos resultados iniciais, constatou-se uma limitação quanto à profundidade das análises, à atualidade das publicações e à pertinência dos estudos ao contexto educacional brasileiro, o que motivou a ampliação da estratégia de busca, mediante a inclusão de sinônimos e termos correlatos ao tema investigado.

As buscas foram realizadas a partir dos seguintes descritores e combinações booleanas: “surdo” AND “ensino superior”; “acesso” OR “permanência” AND “surdo”; “Libras” AND “universidade”; e “inclusão” AND “estudantes surdos”, com as estratégias de pesquisa devidamente adaptadas à sintaxe e aos operadores específicos de cada base de dados. O processo de seleção dos estudos ocorreu em etapas sucessivas, compreendendo: (i) busca inicial e exportação dos registros; (ii) remoção de duplicatas; (iii) triagem de títulos e resumos realizada por dois revisores independentes; (iv) leitura crítica dos textos selecionados; e (v) extração dos dados em planilha padronizada, contemplando as seguintes informações: autor, ano de publicação, tipo de estudo, local de realização, enfoque analítico, principais achados e recomendações.

O corpus final foi composto por 10 trabalhos, os quais foram analisados de forma quantitativa e qualitativa. Inicialmente, realizou-se a caracterização geral do corpus, contemplando aspectos como distribuição dos trabalhos por ano de publicação, instituição de origem e nível de formação acadêmica.

## Resultados e discussões

Para a análise das produções, buscou-se evidenciar os principais achados, tendências e lacunas presentes nos estudos selecionados. Na análise quantitativa, consideraram-se o ano de publicação, o título das obras, o tipo de produção, as instituições de defesa, a região de desenvolvimento do estudo e o referencial teórico adotado. Na análise qualitativa, por sua vez, foram colocados em relevo os objetivos, o tipo de pesquisa, a metodologia utilizada, a amostra e os principais resultados. Ademais, procedeu-se ao confronto entre as recomendações apresentadas nas pesquisas e as normativas e políticas públicas vigentes, com o intuito de identificar possíveis distanciamentos entre o que é legalmente preconizado e as práticas efetivamente observadas no contexto do ensino superior.

## Análise quantitativa das produções

O Quadro 1 apresenta a organização dos trabalhos analisados segundo os seguintes critérios: autor/ano, título da obra, gênero textual da pesquisa, instituição e região de origem, bem como o referencial teórico adotado.

**Quadro 1** – Distribuição dos trabalhos por autor/ano, título da obra, gênero textual da pesquisa, instituição de publicação/região e referencial teórico.

Autor/ano	Título da obra	Gênero textual da pesquisa	Instituição de defesa e programa/região do Brasil	Referencial teórico
SILVA, Reginaldo Aparecido (2019)	O ingresso e a formação acadêmica do sujeito surdo: singularidades, conquistas e desafios da educação inclusiva no espaço universitário.	Dissertação	Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL Programa de Pós-Graduação em Educação  Região Sudeste	Autores que discutem as singularidades e a cultura dos surdos: Eagleton (2003); Strobel (2008), Perlin (2003); Quadros (2003), etc.



BORCK, Ana Cláudia (2020)	Trajetória escolar do estudante surdo e sua relação no processo de inclusão no Ensino Superior.	Dissertação	Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT Programa de Pós-Graduação em Educação Região Centro-Oeste	Abordagem histórico-cultural (Vygotski;1995) e abordagem dialógica (Bakhtin; 1995).
AZEVEDO, Fernanda Emanuele Souza de. (2021)	O Protagonismo dos surdos nas Políticas de Inclusão na Educação Superior: Uma análise das Narrativas de Acadêmicos Surdos no Contexto da UNIR - Campos de Vilhena.	Dissertação	Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT Programa de Pós-Graduação em Educação Região Centro-Oeste	Autores surdos que discutem as políticas inclusivas como princípio democrático: Strobel, (2009); Perlin (1998, 2003, 2012); Stumpf (2015); Reis (2006); Gesser (2009, 2012); Gianotto (2020); Campello; Rezende, (2014); Vilhalva; Veloso; Maia (2015).
COURA, Felipe de Almeida. (2021)	Um olhar surdo sobre políticas linguísticas na Universidade Federal de Tocantins	Tese	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos Região Sudeste	Políticas Linguísticas na perspectiva de McCarty (2011); Tollefson (1991; 2013); e Meulder (2015).
ROCHA, Terezinha Cristina da Costa. (2021)	Libras e Língua Portuguesa em sala de aula: da democratização do acesso ao Ensino Superior à participação de estudantes surdos em práticas de letramentos acadêmicos.	Tese	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social.  Região Sudeste	Estudos sobre Letramento: Street, (1984, 2010); Gee (1996); Lea; Street (1998); Lillis (1999); Lillis; Scott (2007); Barton; Hamilton, 1998; Barton; Ivanic, 1991).
SILVA NETO, Murilo da. (2022)	Eu falo, mas quem me vê? Um estudo de caso sobre as condições de acesso e permanência da pessoa surda no Ensino Superior Federal.	Tese	Universidade Federal da Bahia - UFBA Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura  Região Nordeste	Políticas Públicas de Inclusão, autores da Linguística Aplicada e autores que abordam o Letramento
ALENCAR, Alexandre Carioca de (2023)	A inclusão de surdos na universidade: Análise das práticas de gestão em uma IES.	Dissertação	Universidade de Fortaleza – UNIFOR Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas.  Região Nordeste	Autores que abordam a Educação Superior no Brasil, Políticas inclusivas e a inclusão de PcD's.
BAQUEIRO, Ana Luisa Dominguez (2023)	Desafios para a permanência dos estudantes surdos no Ensino Superior: Relatos de experiência no curso de Letras Libras da Universidade Federal	Dissertação	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB Programa De Pós-Graduação em Educação  Região Nordeste	Estudos sobre a inclusão de discentes surdos no Ensino Superior, destacando aspectos referentes aos desafios de acesso e permanência.



	do Recôncavo da Bahia.			
SILVA, Gabriel Oliveira da (2023)	Acesso e permanência de estudantes surdos no Ensino Superior: Desafios frente à implementação de políticas públicas de inclusão no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.	Dissertação	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ Instituto de Agronomia programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola.  Região Sudeste	Legislação das políticas públicas de inclusão vigentes.
TEIXEIRA, Claudemir (2023)	Pessoas surdas e acesso à educação superior: Dilemas, Desafios e Possibilidade.	Dissertação	Universidade de Brasília - UnB Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação  Região Centro-Oeste	Teoria Histórico-cultural de Vygotsky (1997), os estudos de Skliar (2012) sobre cultura surda e diferença.

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2025).

A análise do Quadro 1 revela que, entre os estudos selecionados, sete são dissertações e três são teses. Do total de dez trabalhos, nove foram desenvolvidos em universidades públicas, federais ou estaduais, e apenas um em instituição privada. A predominância de 90% das produções oriundas de instituições públicas confirma os achados de Almeida (2021), que indica que essas universidades respondem por aproximadamente 95% da produção científica brasileira.

No que se refere às áreas de vinculação, verificou-se que sete estudos pertencem à área da Educação, dois à área de Letras e um à Administração de Empresas, evidenciando maior concentração de pesquisas no campo educacional. Quanto à distribuição geográfica, observou-se que quatro trabalhos foram realizados na região Sudeste, três na região Centro-Oeste e três na região Nordeste. Não foram identificadas produções provenientes das regiões Norte ou Sul no período investigado (2019–2024), o que aponta para uma distribuição regional desigual das pesquisas sobre a inclusão de estudantes surdos no Ensino Superior.

Em relação às bases teóricas, constatou-se que seis trabalhos utilizaram como referência principal as políticas de inclusão; cinco fundamentaram-se em concepções críticas ou socioantropológicas de surdez; dois abordaram perspectivas relacionadas ao letramento e à inclusão; um se apoiou em estudos de políticas linguísticas, destacando autores como McCarty e Tollefson; e dois adotaram a concepção sociolinguística interacional de Vygotsky. Esse

conjunto de referenciais evidencia a diversidade de abordagens teóricas presentes nas pesquisas analisadas e contribui para compreender as principais perspectivas que têm orientado a produção acadêmica recente sobre a inclusão de estudantes surdos no Ensino Superior.

### Análise qualitativa das produções

No Quadro 2, são apresentados os estudos por autor(a)/ano, objetivo, tipo de pesquisa, metodologia utilizada, amostra e principais resultados, dando-se ênfase aos aspectos qualitativos das pesquisas analisadas.

Quadro 2 – Distribuição dos estudos por autor(a)/ano, objetivo, tipo de pesquisa, metodologia utilizada, amostra e resultados

Autor(a)/ano	Objetivo geral	Tipo de pesquisa	Metodologia	Amostra	Resultados
SILVA, Reginaldo Aparecido (2019)	Descrever a trajetória dos alunos surdos em um curso superior: os desafios da inclusão.	Pesquisa qualitativa.	Metodologia construtiva interpretativa. Entrevista semiestruturada gravada em LS, legendada em LP.	7 universitários surdos em formação e egressos do ensino superior, com faixa etária entre 24-45 anos, nos Estados de Minas Gerais e São Paulo.	O estudo evidenciou que persistem barreiras linguísticas e atitudinais que dificultam a permanência de estudantes surdos no ensino superior, revelando desafios à efetivação da inclusão.
BORCK, Ana Cláudia (2020)	Entender o processo de inclusão do aluno surdo na educação básica na rede regular e o impacto no processo de escolarização até a fase adulta no Ensino Superior.	Pesquisa qualitativa na perspectiva descritiva. Relato da experiência de aluno surdo.	Pesquisa qualitativa e descritiva, com observações e registros, sem alterar os dados obtidos. Os procedimentos utilizados foram revisão bibliográfica, levantamentos e pesquisa de campo, analisando qualitativamente a evasão desses alunos no contexto acadêmico do Curso de Letras/Libras da UFMT.	5 universitários surdos do curso de graduação Letra/Libras da UFMT.	Os resultados indicam desafios enfrentados pelos próprios estudantes surdos na permanência e na defesa de seus direitos, apontando a necessidade de ampliar discussões e estratégias institucionais voltadas às condições de acesso, estrutura, materiais didáticos e à redução da evasão no ensino superior.
AZEVEDO, Fernanda Emanuelle Souza de (2021)	Analisar o protagonismo de surdos na política de inclusão da UNIR, Câmpus de Vilhena, tendo como base narrativas autobiográficas.	Pesquisa documental e qualitativa. Análise documental da legislação nacional da UNIR.	Aplicação de questionários sobre as experiências dos participantes no contexto da política de inclusão da UNIR, câmpus de Vilhena, destacando o protagonismo dos	6 acadêmicos surdos da UNIR – Câmpus Vilhena.	O estudo contribui para o debate sobre o protagonismo surdo no ensino superior ao fundamentar-se nas percepções de estudantes surdos acerca das políticas institucionais de inclusão, incluindo a produção de um documentário, em parceria



			estudantes surdos na luta e reivindicações do movimento surdo.		com a UNIR, baseado em suas narrativas.
COURA, Felipe de Almeida (2021)	Analisar as políticas linguísticas relacionadas aos surdos na Universidade Federal do Tocantins (UFT).	Pesquisa qualitativa com características da Etnografia de Política Linguística para surdos na Universidade Federal do Tocantins (UFT).	Entrevista narrativa (questionário online) com alunos e professores da UFT sobre políticas linguísticas: desafios e conquista nesse sentido.	Participaram da pesquisa 12 Estudantes surdos da Universidade Federal do Tocantins.	Evidencia-se a necessidade de implementação de políticas linguísticas na UFT, assegurando o direito à comunicação e promovendo uma cultura institucional de empatia e respeito à diversidade.
ROCHA, Terezinha Cristina da Costa (2021)	Examinar os desafios enfrentados por estudantes surdos, professores, intérpretes de Libras e gestores, partindo do processo de democratização do acesso ao Ensino Superior e focando na inserção e participação de alunos surdos em práticas de letramentos acadêmicos.	Abordagem qualitativa e perspectiva Etnográfica: sala de aula.	Pesquisa com características etnográficas. Transcrição e representação dos dados. Enquadramento, instrumentalização e análise a partir dos conceitos de letramentos.	Participaram 3 estudantes surdos, professor e intérpretes de Libras.	A análise evidenciou desafios nas relações pedagógicas e nas práticas de letramento acadêmico bilíngue, envolvendo estudantes surdos, intérpretes, docentes e gestores, ao mesmo tempo em que aponta potencial para subsidiar políticas e ações institucionais voltadas à permanência no ensino superior.
SILVA NETO, Murilo da (2022)	Avaliar as condições de acesso e acessibilidade promovidas pelas políticas públicas de inclusão aos sujeitos surdos no Ensino Superior Federal.	Pesquisa qualitativa, exploratória com entrevista semiestruturada. Estudo de Caso com Análise documental de leis decretos e normativas que dizem respeito à inclusão.	Foram analisados documentos de Lei que se referem à “inclusão” das pessoas com diferentes capacidades no cenário educacional brasileiro.	Estudo de caso com um estudante surdo de uma universidade federal.	A pesquisa identificou dificuldades decorrentes da insuficiência de intérpretes de Libras, da ausência de materiais acessíveis e de políticas institucionais efetivas, bem como de limitações estruturais e pedagógicas para a acessibilidade plena.
ALENCAR, Alexandre Carioca de (2023)	Analisar as práticas de gestão de uma IES com foco na inclusão de pessoas surdas na universidade.	A pesquisa é qualitativa e descritiva, adotando um estudo de caso para compreender as práticas de gestão relacionadas à adaptação de surdos na universidade.	A partir de um experimento realizado com metodologias adaptativas, foi realizado um experimento baseado na aplicação de uma determinada atividade prática em sala de aula.	4 gestores e profissionais de uma IES; análise das práticas de gestão.	O estudo evidencia avanços na inclusão de estudantes surdos na universidade analisada, ao mesmo tempo em que destaca a necessidade de garantir sua representação ao longo de todo o percurso acadêmico. O Programa de Apoio Psicopedagógico (PAP) é apontado como elemento central para a gestão do acesso, da inclusão e da permanência, contribuindo



					para a promoção de políticas institucionais inclusivas. 16
BAQUEIRO, Ana Luisa Dominguez (2023)	Analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes surdos no Ensino Superior que impossibilitam a sua permanência no curso de Letras Libras na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB.	Pesquisa de abordagem qualitativa, com entrevista semiestruturada e estudo de caso.	Levantamento, os documentos oficiais, bem como da produção acadêmica nos últimos 10 anos sobre a inclusão de discentes surdos no Ensino Superior brasileiro.	5 estudantes surdos do curso de Letras Libras da UFRB.	A pesquisa indica que, embora os estudantes surdos estejam presentes na universidade, sua inclusão efetiva ainda é limitada, evidenciando um distanciamento entre as diretrizes inclusivas e as práticas educacionais.
SILVA, Gabriel Oliveira da (2023)	Analisar as condições de acesso e permanência dos estudantes surdos do Ensino Superior no Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), a partir da implementação das políticas institucionais de inclusão e da atuação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).	Pesquisa documental e bibliográfica, bem como aplicação de entrevistas semiestruturadas com os gestores dos NAPNE.	Foi utilizada como referencial teórico-metodológico a Teoria Crítica da Sociedade.	7 estudantes surdos do IFES.	Os resultados indicam que, apesar das previsões legais sobre inclusão nos documentos institucionais, o NAPNE não pode ser o único locus do processo inclusivo. Embora o IFES apresente avanços nas ações voltadas aos estudantes surdos no ensino superior, a efetivação do acesso, da permanência e da aprendizagem requer a institucionalização de uma política de acessibilidade linguística, ainda ausente de forma sistematizada. Ademais, observa-se que os documentos analisados privilegiam uma concepção da surdez como deficiência, em detrimento do reconhecimento da diferença linguística, contribuindo para a manutenção de práticas normatizadoras.
TEIXEIRA, Claudemir (2023)	Compreender as concepções que pessoas surdas têm sobre o acesso ao Ensino Superior.	Pesquisa de abordagem qualitativa e bibliográfica.	Entrevista semiestruturada em Libras. As respostas foram transcritas e ou traduzidas para a Língua Portuguesa.	8 estudantes surdos em diferentes instituições federais.	A pesquisa evidenciou a complexidade analítica das narrativas de participantes surdas, apontando um campo promissor para investigações interdisciplinares. Além disso, o estudo contribui para o debate sobre tradução ao demonstrar a viabilidade de sistematizar procedimentos de transcrição e tradução da Libras para a Língua Portuguesa em pesquisas qualitativas.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Por meio do Quadro 2, percebe-se que, no que se refere aos objetivos dos estudos, de modo geral, as dez pesquisas têm como foco central a inclusão de pessoas surdas no Ensino

Superior, analisando desde o acesso até a permanência e participação plena nesse espaço. Os estudos convergem na investigação dos desafios enfrentados por estudantes surdos, tanto no percurso educacional pré-universitário (educação básica) quanto durante a vida acadêmica, abrangendo aspectos, como barreiras linguísticas, estruturais, pedagógicas e de gestão institucional. Outro ponto em comum é o interesse por políticas públicas e institucionais de inclusão, especialmente as políticas linguísticas e ações voltadas para a acessibilidade, bem como a atuação de núcleos especializados (como os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNEs). A análise frequentemente envolve, também, a perspectiva dos próprios surdos, por meio de narrativas, autobiografias ou investigações sobre suas concepções, e de outros atores envolvidos no processo, como professores, intérpretes de Libras e gestores. Em síntese, todas as pesquisas compartilham a preocupação com garantir a equidade e a efetiva inclusão de pessoas surdas no Ensino Superior, buscando identificar entraves e apontar caminhos para promover ambientes acadêmicos mais acessíveis, participativos e inclusivos.

A efetiva inclusão de pessoas surdas no Ensino Superior exige não apenas políticas de acessibilidade, mas sobretudo uma mudança cultural e institucional que reconheça a diversidade linguística como parte da identidade acadêmica. Isso implica transformar a universidade em um espaço de convivência bilíngue, onde Libras e português coexistam de forma natural, e em que estudantes surdos sejam protagonistas na construção de saberes, participando ativamente de pesquisas, projetos e decisões institucionais. Mais do que garantir recursos técnicos, trata-se de promover uma postura ética e pedagógica que valorize a diferença como potência, assegurando equidade e participação plena.

Quanto à metodologia utilizada, verifica-se que todas utilizaram uma abordagem qualitativa, voltada à compreensão aprofundada das experiências, percepções e contextos socioculturais que envolvem a inclusão de pessoas surdas no Ensino Superior. Em sua maioria, as investigações utilizaram entrevistas como principal técnica de coleta de dados, ora semiestruturadas, ora narrativas, conduzidas em Libras, posteriormente transcritas ou traduzidas para a Língua Portuguesa. Essa opção metodológica reflete a preocupação em assegurar a participação efetiva dos sujeitos surdos, respeitando sua língua e identidade cultural, bem como valorizar seus relatos na condição de uma fonte legítima de conhecimento.

Além das entrevistas, alguns estudos recorreram a questionários para mapear percepções e experiências de alunos e professores, enquanto outros se estruturaram como relatos de experiência, trazendo à tona vivências concretas no contexto acadêmico. Houve, também, trabalhos que incorporaram procedimentos complementares, como a análise documental de leis e políticas públicas relacionadas à inclusão, a observação etnográfica de interações e práticas – e até a realização de experimentos pedagógicos adaptados em sala de aula, com o objetivo de avaliar estratégias inclusivas. Embora unidas pela centralidade no contexto educacional, as pesquisas diferem quanto ao recorte de análise e ao referencial teórico-metodológico adotado. Algumas se ancoraram em referenciais específicos, como a Teoria Crítica da Sociedade ou os estudos de Política Linguística, enquanto outras priorizaram a descrição e interpretação direta das experiências vividas pelos participantes. Também variou o foco investigativo: enquanto alguns estudos se concentraram nas políticas institucionais e nas condições de acesso e permanência, outros enfatizaram o protagonismo do estudante surdo, as práticas de letramento acadêmico ou a análise das barreiras enfrentadas no percurso formativo.

No que se refere às amostras apresentadas no Quadro 2, verifica-se um conjunto de pesquisas que, em sua maioria, optaram por trabalhar com grupos pequenos de participantes, coerente com a natureza qualitativa dos estudos. O número de envolvidos variou entre um único estudante surdo, como no estudo de Silva Neto (2022), até doze participantes, caso da pesquisa de Coura (2021). Grande parte dos trabalhos se concentrou em amostras intermediárias, entre cinco e oito estudantes surdos, como nos estudos de Borck (2020), Baqueiro (2023), Silva (2023) e Teixeira (2023). Essa predominância de grupos reduzidos evidencia a ênfase na análise aprofundada das experiências individuais e coletivas, em vez de uma busca por representatividade estatística.

Os perfis das amostras foram relativamente homogêneos: na maioria dos casos, os participantes eram estudantes surdos matriculados ou egressos do Ensino Superior, abrangendo universidades federais, estaduais e institutos federais. Em alguns estudos, houve a ampliação para incluir outros agentes do processo educativo, como professores, intérpretes de Libras e gestores acadêmicos, a exemplo de Rocha (2021) e Alencar (2023). Apenas Silva (2019) especificou a faixa etária de seus participantes, que variou de 24 a 45 anos, demonstrando a diversidade geracional entre os surdos que ingressam no Ensino Superior.

Por fim, no que diz respeito aos resultados encontrados nos estudos, verifica-se que as pesquisas sobre a inclusão de surdos no Ensino Superior revelam que ainda há importantes desafios a serem superados para garantir a plena participação desses estudantes. Dentre os achados mais recorrentes, destacam-se as barreiras linguísticas, apontadas em três estudos, que evidenciam as dificuldades de comunicação decorrentes da ausência de materiais acessíveis e do limitado domínio da Libras por parte de professores e colegas.

Essas barreiras de natureza linguística estão relacionadas à ausência ou insuficiência de intérpretes de Libras, à falta de políticas linguísticas institucionais e à limitação no uso de materiais adaptados – e de natureza atitudinal –, associadas à indiferença, ao desrespeito e à falta de empatia por parte da comunidade acadêmica. Além disso, identificam-se obstáculos estruturais e pedagógicos, como a ausência de ações sistematizadas de acessibilidade e a lacuna entre as diretrizes inclusivas e as práticas efetivamente adotadas.

Outro aspecto igualmente citado em três pesquisas se refere às políticas institucionais frágeis, que, apesar das diretrizes legais existentes, ainda não se consolidaram em práticas efetivas de inclusão dentro das universidades. Também com a mesma frequência aparece a necessidade de acessibilidade e apoio pedagógico, demonstrando a urgência em oferecer recursos didáticos adaptados, formação docente adequada e estratégias pedagógicas inclusivas.

Além disso, dois estudos chamam atenção para a falta de intérpretes, recurso fundamental para a mediação entre surdos e ouvintes, cuja ausência compromete o processo de aprendizagem.

Por fim, outras duas pesquisas ressaltam o potencial do protagonismo surdo, destacando a importância de reconhecer a autonomia, a identidade cultural e linguística desses estudantes como parte essencial da construção de um espaço acadêmico verdadeiramente inclusivo. Esses resultados, em conjunto, evidenciam que a inclusão dos surdos no Ensino Superior exige não apenas ajustes estruturais e políticos, mas também um movimento que valorize sua cultura e assegure condições reais de participação e aprendizagem.

Outro ponto comum é o reconhecimento de que o acesso formal à universidade não garante a inclusão real. Vários estudos relatam que os estudantes surdos estão presentes fisicamente na academia, mas não inseridos de forma plena e participativa, o que reforça a necessidade de políticas institucionais consistentes e de ações que contemplem o ciclo acadêmico de forma integral, desde o ingresso até a permanência e a conclusão do curso. A

ênfase em políticas linguísticas aparece de forma recorrente, assim como a defesa de uma representação efetiva e protagonismo dos estudantes surdos nos espaços decisórios e na formulação de estratégias de inclusão.

Apesar desses pontos convergentes, as pesquisas se diferenciam quanto ao enfoque e à contribuição específica. Alguns trabalhos destacam iniciativas pontuais de avanço, como a atuação de programas institucionais (por exemplo, o Programa de Apoio Psicopedagógico) ou a produção de documentários baseados em narrativas surdas, que fortalecem a visibilidade e o protagonismo desses estudantes. Outros dão ênfase ao diagnóstico crítico da ausência de políticas estruturadas, apontando que órgãos, como o NAPNE, embora relevantes, não devem ser os únicos responsáveis pela inclusão. Há, ainda, estudos que ampliam o debate para além da acessibilidade, abordando a dimensão cultural e identitária da surdez, de maneira a trazer contribuições para áreas correlatas, como os estudos de tradução e a pesquisa sobre transcrição da Libras para o Português.

Em síntese, os resultados revelam que, embora haja avanços pontuais e experiências institucionais bem-sucedidas, a inclusão plena de estudantes surdos no Ensino Superior ainda é um desafio persistente, demandando políticas linguísticas consistentes, mudanças culturais na academia e práticas pedagógicas mais sensíveis à diferença linguística e cultural.

Ao comparar o presente trabalho com pesquisas já desenvolvidas, salienta-se como aspecto inédito o fato de ter sido conduzido na região Sul, em uma universidade pública estadual, e de adotar como referencial teórico a Perspectiva Histórico-Cultural.

### **Considerações finais**

O presente estudo analisou a produção bibliográfica acerca do acesso e da permanência de estudantes surdos no ensino superior brasileiro, no período de 2019 a 2024, com foco nas políticas públicas e nas práticas institucionais de inclusão. A revisão do tipo estado do conhecimento permitiu sistematizar tendências, identificar lacunas e compreender os principais desafios apontados pelas pesquisas recentes.

A análise das dez produções selecionadas evidencia que, embora tenha ocorrido um avanço significativo no que se refere ao acesso de estudantes surdos às instituições de ensino superior, a permanência ainda se configura como um dos principais desafios. Os estudos convergem ao destacar barreiras linguísticas, estruturais, pedagógicas e institucionais que

comprometem a participação plena desses estudantes, ressaltando a centralidade da formação docente, da valorização da Libras como primeira língua e da implementação de políticas linguísticas institucionais consistentes.

Observa-se que, no período analisado, a produção acadêmica avançou de abordagens predominantemente normativas para análises mais críticas, evidenciando que a efetividade das políticas públicas depende de condições concretas, tais como financiamento adequado, oferta contínua de intérpretes de Libras, disponibilização de materiais acessíveis e adoção de modelos institucionais integrados de inclusão. Apesar desse avanço, ainda são escassos os estudos que se dedicam de forma mais aprofundada às estratégias de permanência e ao acompanhamento acadêmico dos estudantes surdos ao longo de todo o ciclo formativo.

Os resultados também apontam que o acesso formal à universidade não garante, necessariamente, a inclusão efetiva. Diversas pesquisas indicam que estudantes surdos, embora presentes fisicamente no espaço universitário, enfrentam dificuldades para participar plenamente das atividades acadêmicas, o que evidencia a persistência de práticas excludentes e o distanciamento entre as normativas legais e sua concretização no cotidiano institucional.

Nesse contexto, a inclusão de estudantes surdos no ensino superior demanda não apenas ajustes estruturais ou o cumprimento de exigências legais, mas uma mudança cultural e institucional mais ampla, que reconheça a diversidade linguística como parte constitutiva da vida acadêmica. Torna-se imprescindível que as universidades se constituam como espaços bilíngues, nos quais a Libras e o português coexistam de forma equitativa, assegurando o protagonismo dos estudantes surdos na produção do conhecimento.

É nesse horizonte que se insere a contribuição da Psicologia Histórico-Cultural, ao oferecer subsídios teóricos para a compreensão da inclusão de estudantes surdos no ensino superior como um processo social, histórico e culturalmente mediado (Vygotsky, 2001). Nessa perspectiva, a linguagem ocupa papel central na constituição das funções psicológicas superiores, sendo compreendida como instrumento de mediação e de acesso ao conhecimento. Vygotsky (2022) problematiza a deficiência a partir de uma abordagem não deficitária, enfatizando que as limitações enfrentadas pelas pessoas surdas decorrem, sobretudo, das condições sociais e educacionais oferecidas. Assim, essa abordagem permite analisar criticamente as barreiras linguísticas e institucionais presentes no ensino superior, ressaltando

a importância de ambientes acadêmicos bilíngues e de práticas pedagógicas que reconheçam a diferença linguística como constitutiva do processo educativo.

Por fim, este estudo contribui ao sistematizar criticamente a produção *stricto sensu* recente sobre o tema, evidenciando a necessidade de ampliação de pesquisas que articulem políticas públicas, práticas institucionais e as experiências dos próprios estudantes surdos. Espera-se que os achados apresentados possam subsidiar novas investigações e fortalecer a formulação de políticas e ações mais efetivas para a garantia do acesso, da permanência e da aprendizagem de estudantes surdos no ensino superior.

## Referências

ALENCAR, Alexandre Carioca de. **A inclusão de surdos na universidade**: análise das práticas de gestão em uma IES. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas), Universidade de Fortaleza, 2023.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. **A ciência, as universidades e o futuro do país**. In: Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/a-ciencia-as-universidades-e-o-futuro-do-pais>. Acesso em: 7 set. 2025.

AZEVEDO, Fernanda Emanuelle Souza de. **O Protagonismo dos surdos nas Políticas de Inclusão na Educação Superior**: uma análise das narrativas de acadêmicos surdos no contexto da UNIR - Campos de Vilhena. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2021.

BAQUEIRO, Ana Luisa Dominguez. **Desafios para a permanência dos estudantes surdos no ensino superior**: relatos de experiência no curso de Letras Libras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

BARBOSA, Alexsandra dos Santos; FREIRE, Bruni Pinto; MEDEIROS, Jarles Lopes de. A aprendizagem e o desenvolvimento do surdo na perspectiva sociointeracionista de Lev Vigotsky. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Jaboaão dos Guararapes, v.12, nº 40, p. 5-30, 2018. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1145>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BEZERRA, Giovana Cristina de Campos. **Estratégias de produção da escrita acadêmica de mestrandos e doutorandos surdos**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

BORCK, Ana Cláudia. **Trajetória escolar do estudante surdo e sua relação no processo de inclusão no Ensino Superior**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá 2020.





BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Presidência da República, 1961. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm). Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.793, de 28 de dezembro de 1994.** Recomenda a inclusão da disciplina “Aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais” nos cursos de pedagogia, psicologia, licenciaturas e demais cursos superiores. Diário Oficial da União, Brasília, 28 dez. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, Presidência da República, 2001b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm). Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 18 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União: Brasília, 9 abr. 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf). Acesso em: 7 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10436.htm). Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, Presidência da República, 2005. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/96150/decreto-5626-05>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CAT – Comitê de Ajudas Técnicas.** Brasília: SEDH, 2007. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/ajudas\\_tec.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/ajudas_tec.pdf). Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Brasília, Presidência da República, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União: Brasília, 5 out. 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 7 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm). Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm). Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 1, de 28 de maio de 2015.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União: Brasília, 29 maio 2015. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=19323-rceb001-15-pdf&category\\_slug=maio-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=19323-rceb001-15-pdf&category_slug=maio-2015-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 7 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília: Ministério da Educação, 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023.** Revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União: Brasília, 2 jan. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm). Acesso em: 7 fev. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025.** Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial *Inclusiva*. Diário Oficial da União: Brasília, 21 out. 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/D12686.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12686.htm). Acesso em: 7 fev. 2026.



CEZÁRIO, Emanuelle Tótolí de Oliveira. **Colégio Bilíngue de Surdos: o olhar de professores sobre os desafios educacionais no ensino médio**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024.

CEZÁRIO, Emanuelle Tótolí de Oliveira; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; SOUZA, Sharmilla Tassiana de. Relação família-escola: reflexões acerca das significações de professores que atuam em um colégio bilíngue de surdos no ensino médio. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 25, n. 1, p. 95-108, 2025a. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/20938>. Acesso em: 10 fev. 2026.

CEZARIO, Emanuelle Tótolí de Oliveira; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; SOUZA, Sharmilla Tassiana de. Educação bilíngue de surdos: a formação continuada e o apoio governamental. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 32, p. e16982-19, 2025b. Disponível em: <https://ojs.upf.br/index.php/rep/about/contact>. Acesso em: 10 fev. 2026.

CEZARIO, Emanuelle Tótolí de Oliveira; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; SOUZA, Sharmilla Tassiana de; GONCALVES, Kalyandra Khadyne Imai. Panorama das produções stricto sensu sobre colégios bilíngues para surdos no ensino médio no Brasil. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 22, p. 1-17, 2025. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/5132>. Acesso em: 10 fev. 2026.

COURA, Felipe de Almeida. **Um olhar surdo sobre políticas linguísticas na Universidade Federal de Tocantins**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

FAMBOMEL, Sônia Márcia Marcilio. **O ingresso do estudante surdo na educação superior: desafios e possibilidades**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2019.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2026.

SKLIAR, Carlos (Org.). **Educação e Exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

LIMA, Marisa Dias. **Política educacional e política linguística na educação dos e para os surdos**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento e questões do campo científico. **Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101–116, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/15822>. Acesso em: 10 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/pt/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 7 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: ONU, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>. Acesso em: 7 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 7 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127583>. Acesso em: 7 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>. Acesso em: 7 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração de Incheon e Marco de Ação para a Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: educação de qualidade inclusiva e equitativa**. Incheon, Coreia do Sul, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137>. Acesso em: 7 fev. 2026.

PEREIRA, Denis Aparecido Mendes. **A inclusão do surdo no ensino superior e o papel do tradutor/intérprete**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2024.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua brasileira de sinais: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

ROCHA, Terezinha Cristina da Costa. **Libras e Língua Portuguesa em sala de aula: da democratização do acesso ao Ensino Superior à participação de estudantes surdos em práticas de letramentos acadêmicos**. Tese (Doutorado em Educação, Conhecimento e Inclusão Social), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

RODRIGUERO, Celma Regina Borghi. O desenvolvimento da linguagem e a educação do surdo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 99-116, 2000.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37–50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SALEM, Sonia. **Perfil, evolução e perspectivas da pesquisa em ensino de física no Brasil**. Tese (Doutorado em Interhumanidades em Ensino de Ciências), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SHIGUNOV NETO, Alexandre. **Gênese e desenvolvimento das pesquisas em Educação em Ciências nos programas de pós-graduação da área de Ensino da CAPES: estudo da produção e do perfil profissional e acadêmico**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

SILVA NETO, Murilo da. **Eu falo, mas quem me vê? Um estudo de caso sobre as condições de acesso e permanência da pessoa surda no Ensino Superior Federal**. Tese (Doutorado em Letras/Língua e Cultura), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SILVA, Gabriel Oliveira da. **Acesso e permanência de estudantes surdos no Ensino Superior: desafios frente à implementação de políticas públicas de inclusão no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, Reginaldo Aparecido. **O ingresso e a formação acadêmica do sujeito surdo: singularidades, conquistas e desafios da educação inclusiva no espaço universitário**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2019.

SILVA, Mikael Sousa. **A educação bilíngue de surdos na Lei nº 14.191/2021: histórico, implementação e percepções de lideranças surdas**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. ed. rev. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

TEIXEIRA, Paulo Marcelo Marini; MEGID NETO, Jorge. Uma proposta de tipologia para pesquisas de natureza interventiva. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 23, n. 4, p. 1055-1076, 2017.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/cBjf7MPDSy5V5JYwFJR4bd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 fev. 2026.



TEIXEIRA, Paulo Marcelo Marini. Produção acadêmica em ensino de biologia: análise sobre dissertações e teses e derivações reflexivas para a área de educação em ciências. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, e260097, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/w8jCJGBRNb6xF7kjZ8wjqNr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 fev. 2026.

TEIXEIRA, Paulo Marcelo Marini. Tendências da produção acadêmica em Ensino de Biologia no Brasil: um panorama fundamentado na análise de dissertações e teses. **Revista de Ensino de Biologia da Sbenbio**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 970-990, 2022. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/789>. Acesso em: 09 fev. 2026.

TEIXEIRA, Claudemir. **Pessoas surdas e acesso à Educação Superior**: dilemas, desafios e possibilidades. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, Lev Semionovich **Obras Completas** – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). Cascavel: EDUNIOESTE, 2022.